



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 41.** Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, salvo o disposto em seu art. 89, no exclusivo interesse da vítima e com sua anuência expressa em audiência especialmente designada para tanto, não constituindo a suspensão condicional do processo direito subjetivo do agressor.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Em dissertação para obtenção do título de Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada “**As mulheres vítimas de violência doméstica e o seu protagonismo processual: propostas de mudanças legislativas para a participação ativa das mulheres nos processos-crime em que se apura a violência doméstica**”, a promotora de justiça da Paraíba Dulcerita Soares Alves demonstrou que, na maioria dos delitos praticados no âmbito da violência doméstica contra a mulher, o agressor



não sofre punição. Em algumas hipóteses a pesquisa empírica demonstrou que em alguns casos há demora de mais de 37 meses para o julgamento e ao serem condenados nenhum dos homens em situação de violência foram presos. Verificou-se, pela coleta de dados da pesquisa científica, a falta de eficácia das sentenças penais aplicadas.

O trabalho critica o sistema puramente repressivo vigente, voltado unicamente para a punição e aplicação de pena nos casos de violência doméstica, sem ter em conta o importante papel da mulher-vítima. Então, na busca de um modelo de justiça restaurativa, propõe que se permita a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito da violência doméstica contra a mulher.

De acordo com a autora, quando se pensa em punição pelo crime, remete-se ao modelo já conhecido do réu algemado, preso e submetido a uma sentença privativa de liberdade. Essa visão ultrapassada da responsabilização penal nos crimes de violência doméstica, que não leva em conta o interesse da vítima, gera censuras ao modelo de justiça despenalizador e restaurativo que se propõe. Na verdade, deve-se respeitar a decisão da mulher que quer apenas sair do ciclo da violência e não o encarceramento do homem que muitas vezes é seu companheiro, pai dos seus filhos, marido, namorado.

A suspensão condicional do processo aos crimes de violência doméstica implicará as seguintes vantagens: diminuição do tempo de resposta penal, rápida responsabilização, garantia da reparação do dano, suspensão do prazo da prescrição e manutenção da medida protetiva durante o período de suspensão condicional da pena, além da determinação de frequência do agressor a cursos de reeducação.

No mesmo sentido é artigo publicado pelo promotor André Luis Alves de Melo<sup>1</sup>, que afirma que “a suspensão condicional do processo (Suscon) é muito mais eficaz do que a condenação nas penas diminutas de delitos de ameaça (147 do Código Penal) e lesão corporal (artigo 129, §9º, do CP), pois

---

<sup>1</sup> MELO, André Luis Alves de. “Súmula 536 do STJ tem efeito contrário ao pretendido”. <https://www.conjur.com.br/2016-mai-04/andre-melo-sumula-536-stj-efeito-contrario-pretendido>  
Acesso em 08/10/2023.



estes crimes têm penas mínimas respectivamente de um mês e três meses, ressaltando que a regra do Judiciário é condenar em pena mínima ou próxima deste. No entanto, Suscon tem prazo de dois a quatro anos.” “Nada se fala sobre as frequentes prescrições e também demora na pauta de Audiência de Instrução, a qual pode levar anos, para réus soltos.”

Assim, a adoção da suspensão condicional do processo reconhece a importância de abordar a violência doméstica de uma maneira que vá além do paradigma punitivista. Essa abordagem possibilita a inserção de medidas alternativas, como o acompanhamento psicossocial do agressor e a garantia de reparação para a vítima, enfatizando a responsabilização do agressor de maneira construtiva e a proteção e o fortalecimento da vítima.

A relevância deste projeto reside também na sua capacidade de proporcionar uma resposta mais rápida do sistema de justiça em casos de violência doméstica. O processo tradicional é muitas vezes longo e desgastante, o que pode desencorajar as vítimas de buscar ajuda e justiça. A suspensão condicional, ao contrário, permite uma resolução mais ágil do caso, garantindo ao mesmo tempo que o homem em situação de violência seja responsabilizado e que medidas protetivas possam ser mantidas ou implementadas rapidamente.

Além disso, o projeto tem o potencial de contribuir para a redução da reincidência específica em violência doméstica. Ao focar na reabilitação do agressor e na reparação do dano à vítima, cria-se uma oportunidade para que o agressor reflita sobre suas ações e participe de programas de reeducação e tratamento, o que pode diminuir as chances de repetição do comportamento violento.

Importante destacar também que este projeto de lei responde a uma crítica recorrente ao sistema jurídico atual: a de que a judicialização da violência doméstica muitas vezes não leva em conta as necessidades e desejos das vítimas. Ao permitir a suspensão condicional do processo, abre-se espaço para que as vítimas tenham maior voz no encaminhamento de seus casos, podendo optar por soluções que considerem mais adequadas à sua situação, sem necessariamente passar pelo encarceramento do agressor, ou seja, oportunizar à mulher o protagonismo do processo em que figura como vítima de violência doméstica



Finalmente, pode representar um avanço significativo na luta contra a violência doméstica, alinhando-se com recomendações internacionais e práticas de justiça restaurativa. Ao focar na reparação, na responsabilização e na prevenção, a suspensão condicional do processo promove uma abordagem mais holística e efetiva, que reconhece a complexidade do problema e busca soluções aos problemas enfrentados atualmente.

Certa de que a modificação legislativa ora proposta representa significativo aprimoramento da legislação penal, peço aos ilustres Parlamentares que votem pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senadora DANIELLA RIBEIRO

